

JOÃO MARCELINO ARROIO

Durante cerca de três décadas, João Marcelino Arroio tomou parte ativa nas assembleias legislativas do final da Monarquia Constitucional, quer como deputado, quer como par do Reino. Eleito pela primeira vez em 1884, nomeado par em 1902, desempenhou igualmente funções de ministro da Marinha e do Ultramar, assim como de ministro da Instrução Pública e das Artes, em 1890, a convite de António de Serpa Pimentel, e também de ministro dos Negócios Estrangeiros, com Hintze Ribeiro (1900, 1901).

Filiado no Partido Regenerador, por opção pessoal, mas a que não teria sido estranho o ambiente familiar de antes e depois do casamento, nele se manteve até que o descrédito do partidarismo o levou a abandonar as suas fileiras. Segundo ele, os partidos, não só se esgotavam em rivalidades sem sentido, como os respetivos chefes estavam longe de corresponder na ação política às diretrizes que lhes pertencia seguir, ofuscados pelo poder e pelos confrontos que este provocava. Sendo assim, a política partidária só podia ter os seus dias contados.

Como parlamentar, sobretudo como deputado regenerador, manifestou ideias que o aproximavam quiçá do conservadorismo liberal inglês, de feição burkeana, quiçá dos ideais sociais do krausismo. Entendia a política como uma atividade prática, tendo em conta as circunstâncias, sem esquecer a tradição, o passado, nem afastar a inovação, desde que esta não significasse exclusividade do abstracionismo das ideias e dos ideais. Ou seja, estes dariam sentido à política sem que esta se esgotasse neles. Era aqui que colocava as virtualidades do Partido Regenerador a que aderira, afastando-se, por isso, do cariz revolucionário do liberalismo vintista, sem

dúvida indispensável numa situação de rutura, mas sem potencialidade de efetiva continuidade face à realidade concreta das vivências.

Esta forma de pensar que, como se referiu, fazia da política uma prática adequada às circunstâncias, deslocando o cerne do seu exercício do ideal abstrato para a realidade concreta, refletia-se necessariamente no afastamento do individualismo extremo adotado pelas revoluções liberais e por elas divulgado, para dar lugar, se não à génese, pelo menos à emergência de valores sociais. O cidadão era um ser livre numa sociedade de seres livres e, como tal, a liberdade, embora expressão máxima da sua humanidade, equacionava-se necessariamente com o relacionamento entre cidadãos. Daqui que a legitimidade do exercício do poder político decorresse da aliança entre os princípios “tradicionais” do liberalismo e a sensibilidade inovadora à relação de vivências numa qualquer sociedade concreta.

A posição que tomou nas Câmaras relativamente à monarquia enquadra-se de certo modo em idêntico ideário. Acusado de ter contribuído para a queda da monarquia devido às críticas ao rei e à família real, do conjunto e enquadramento das suas intervenções resulta que ele tinha um outro entendimento do regime monárquico e não a sua rejeição. Denunciavam, sim, o carácter excessivamente autoritário e “centralizador” de D. Carlos, a sua exagerada intervenção na ação política, nomeadamente junto dos chefes dos partidos, o apoio inadequado a uma certa elite palaciana. Além disso, a esperança que depois do regicídio manifestou a respeito de D. Manuel revela que não seriam os ideais republicanos a colher a sua simpatia. Mantinha fidelidade à tradição monárquica de Portugal, mas entendia que o poder régio deveria ser condicionado no seu exercício pela efetiva presença das aspirações da sociedade legitimamente expressas. Ou

seja, visionava uma monarquia atenta a práticas “democráticas” que empenhassem igualmente o governo e os partidos. Digamos: sonhava com um outro regime monárquico.

Contudo, apesar das crescentes críticas à situação política do seu tempo, nunca deixou de intervir nas duas Câmaras com discursos oportunos, por vezes bastante longos (alguns dos quais publicados autonomamente) e sem deixar morrer a esperança na regeneração da pátria.

ÁLVARO XAVIER DE CASTRO

Álvaro Xavier de Castro (1878-1928), advogado e militar de formação, foi uma figura importante da política institucional do primeiro regime republicano português. Filho de José de Castro, um “histórico” do Partido Republicano Português, aprenderia em casa o credo político que professaria a vida inteira. Enquanto estudante, desde o Colégio Militar até à Universidade de Coimbra, os colegas recordá-lo-iam pela facilidade com que desenhava e o humor com que retratava professores e alunos. Colaborou ativamente com revistas de crítica de arte e literatura, manifestando outra das facetas que aqueles que o acompanharam rememorariam, o seu estudo e cultura.

A partir dos anos de Coimbra começamos a encontrá-lo envolvido nas conspirações republicanas, desde logo, na greve académica de 1907. Os primeiros momentos da arquitetura do novo regime contariam com a sua participação, iniciada como membro do gabinete do ministro da Guerra do Governo Provisório e como deputado eleito às Constituintes. Nesta fase inicial, Álvaro de Castro integrava o grupo dos chamados “jovens turcos”,

todos eles militares surgidos em torno do ministro Correia Barreto e defensores da purga política do Exército. Em 1913, encetou a sua carreira ministerial, quando aceitou a pasta da Justiça do primeiro governo liderado por Afonso Costa. Membro de destaque da ala “democrática” do Partido Republicano Português, colideraria revoltas armadas contra duas importantes experiências ditatoriais, a de Pimenta de Castro (1915) e a de Sidónio Pais (1917-1918). No intervalo, foi governador-geral de Moçambique e comandante das tropas portuguesas na fronteira da então colónia, contra os alemães, durante a Grande Guerra de 1914-1918.

Deposta a “República Nova” e retomada a normalidade constitucional em 1919, começaria um novo tempo para o regime, pleno de novos desafios e equações políticas. Nelas, Álvaro de Castro ocupará um lugar de destaque, como líder partidário e chefe do Executivo. As experiências partidárias foram pouco duradouras desde a sua dissidência do Partido Republicano Português em 1920, mas foram significativas. Formou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920), agrupamento considerado do centro político e que se fundiria com o Partido Liberal para uma formação conservadora em 1923, o Partido Republicano Nacionalista, apenas para abandonar estas fileiras no final do ano e se apresentar como independente e chefe do Governo. A sua breve passagem pela liderança do Executivo (1923-1924), de apenas seis meses, foi das mais influentes no curso da história da I República portuguesa, protagonizando Álvaro de Castro algumas medidas que radicalizaram o contexto da luta política, clarificando os seus termos. Com o advento da Ditadura Militar, em 1926, exilou-se em Paris, onde continuou a bater-se pela reposição de alguma ordem democrática juntamente dos seus antigos correligionários do Partido Republicano Português. Além da atividade na Liga de Paris, retomaria a

colaboração com os jornais, escrevendo, entre outros temas, artigos de crítica literária e artística para sobreviver.

Doente, família e amigos pediram o seu regresso ao país, que lhe foi autorizado. Morreria pouco tempo depois de passar a fronteira, num país diferente daquele pelo qual lutou.

JOÃO PEREIRA BASTOS

João Pereira Bastos, militar e político republicano, nasceu em Lisboa em janeiro de 1865. Assentou praça, na condição de voluntário, como soldado, em outubro de 1882, com 17 anos, no Regimento de Infantaria n.º 16. Foi o princípio de uma longa carreira militar, no decurso da qual foi várias vezes louvado.

De modo a prosseguir os seus estudos, frequentou a Escola Politécnica de Lisboa e mais tarde o Curso de Artilharia. Em 1880 foi promovido a alferes e em 1890 a tenente. Quatro anos depois, matriculou-se no curso do Estado-Maior da Escola do Exército.

Em outubro de 1910, o então capitão Pereira Bastos, por decisão do Governo Provisório, foi nomeado chefe interino do Estado-Maior da 1.ª divisão, tendo ainda um papel de grande destaque na Comissão de Reorganização do Exército.

Sendo um republicano, embora ao que apuramos não ligado a conspirações nem à revolução do 5 de Outubro, a vida política de João Pereira Bastos iniciou-se com o novo regime. Foi deputado à Assembleia Constituinte e

em quase todas as legislaturas até ao final da I República. As suas intervenções no hemiciclo estiveram essencialmente relacionadas com as questões militares, nas quais era especialista, e fez parte de várias Comissões de Guerra, dando abundantes pareceres.

Depois da divisão do Partido Republicano Português, acompanhou de perto as posições de Afonso Costa. Em 1913 Pereira Bastos fez parte do Executivo democrático, sobraçando a pasta da Guerra.

Na conjuntura da I Guerra Mundial, alinhando cautelosamente com a posição intervencionista, o tenente-coronel Pereira Bastos esteve à frente da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, de grande relevância para o esforço de guerra português.

Com o sidonismo (1917-1918), o coronel Pereira Bastos foi várias vezes preso, tal como outras personalidades do Partido Democrático. Depois da morte de Sidónio Pais (dezembro de 1918) e das tentativas restauracionistas do início do ano de 1919, foi a autoridade militar responsável do Porto, nos meses imediatamente posteriores à derrota da Monarquia do Norte.

Pereira Bastos, desde que Afonso Costa deixou órfão o seu partido, passou a acompanhar Álvaro de Castro na cisão que o desligou dos democráticos. Assim se manteve até ao fim da República.

Promovido por distinção ao posto de general, Pereira Bastos era uma figura de grande prestígio político e militar. De entre os cargos que ocupou vale a pena referir o de chefe de Estado-Maior do Exército (nomeado em 1924), sendo exonerado pela Ditadura Militar em setembro de 1926.

Depois do golpe do 28 de maio de 1926 manteve-se fiel aos seus princípios políticos. Apesar de não encontrarmos sinais da sua cumplicidade ativa com o reviralhismo, Pereira Bastos foi preso no contexto do movimento republicano de 3-9 de fevereiro de 1927.

Em 1932, o cidadão Pereira Bastos teve um papel de significativo destaque numa polémica em torno da possibilidade de mudança de nome da Avenida 24 de Julho, no que foi um importante combate político e simbólico.

A 29 de janeiro de 1935, Pereira Bastos passou à situação de reforma, atingindo o limite de idade (70 anos). Não esperando nada do Estado Novo, decidiu consagrar-se a uma tarefa que não era de somenos importância e que se prendia com a educação dos netos.

João Pereira Bastos teve uma vida política pautada pela coerência e pela fidelidade aos princípios que defendia. Na condição de militar cumpriu zelosamente os seus deveres, preocupando-se e refletindo sobre os assuntos castrenses. Nesse sentido, sonhou e procurou pôr em prática o conceito de exército republicano, através da ideia de “Nação em Armas”.